

Ferrogrão: ministra pede revisão de parecer

Sonia Guajajara é contra mudança que abre alas ao projeto que pode impulsionar escoamento de grãos pelos portos do Norte do Brasil

DO ESTADO DE SÃO PAULO

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, enviou um ofício à Advocacia-Geral da União (AGU) pedindo que o órgão revise a decisão de reduzir a extensão do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. A diminuição da área de preservação busca abrir espaço para a construção da Ferrogrão, ferrovia que deve ligar Sinop (MT) a Miritituba (PA) e impulsionar o escoamento de grãos pelos portos do Norte do Brasil.

Guajajara argumenta que, segundo a Constituição Federal, a supressão de áreas protegidas só é permitida por meio de lei, enquanto a redução do Jamanxim foi determinada por meio de uma medida provisória aprovada em 2017 e depois convertida em lei.

“A violação desse dispositivo constitucional traz consequências negativas ao meio ambiente e aos povos indígenas da região de influência do projeto”, diz o documento.

A expectativa é que o Su-



Projeto do Ferrogrão está paralisado desde 2021 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e é defendido por integrantes do agronegócio

premo Tribunal federal (STF) vote no próximo dia 31 a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre o tema. A ministra defende ainda que a medida ignorou a necessidade de consulta prévia aos povos indíge-

nas do Pará sobre os possíveis impactos socioambientais da redução do parque e da construção da ferrovia.

“Resta a necessidade da Advocacia-Geral da União em se posicionar diferentemente do que foi posto ante-

riormente, uma vez que o cenário é outro e a efetividade em proteção aos povos indígenas é uma das pautas primordiais do atual governo”, segundo o ofício. O texto destaca que, na gestão passada, o Governo Fede-

ral se mostrou favorável à redução da área.

ENTENDA

O projeto da Ferrogrão está paralisado desde 2021 por decisão da Suprema Corte. À época, a expectativa de in-

vestimentos era de R\$ 8,4 bilhões. A obra é estruturada para ser o principal eixo de escoamento de grãos de Mato Grosso, papel que hoje é exercido pela BR-163, mas tem encontrado percalços em meio aos debates sobre os aspectos socioambientais do projeto.

Projeta-se que sua construção permita o recuo do preço do frete em até 40% para a exportação de grãos como milho e soja. Outra expectativa é que a Ferrogrão ajude a diminuir a emissão de carbono, servindo como alternativa aos caminhões hoje utilizados para levar o que é produzido no Centro-Oeste até os portos do Norte.

Na última terça-feira, em encontro da Frente Parlamentar da Agropecuária, formada por deputados federais e senadores, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) foi cobrado sobre a liberação das obras da ferrovia e, apesar do impasse judicial, falou em buscar uma solução para o imbróglio.